

II. O SOM

3. MAIS COISAS ENTRE O CÉU E A TERRA

A rádio, na minha opinião, tinha essa dimensão de ser uma radiografia da própria comunidade

[Antônio Carlos Pinto Vieira, em entrevista, sobre a Rádio Maré FM]

“William Shakespeare estava certo. Há mais coisas entre o céu e a terra do que pode imaginar a vã filosofia. Ao escrever a célebre frase, o dramaturgo inglês certamente não se referia às ondas de rádio. Menos ainda à batalha invisível que está sendo travada na atmosfera carioca. Mas o gênio acertou”, dizia a reportagem da Veja Rio, de maio de 1997 [LIMA, 1997].

Acima de nossas inocentes cabeças e 380 anos depois da morte de Shakespeare, emissoras legais e piratas – comunitárias ou livres – travam uma guerra surda por frequências de transmissão. Uma feroz disputa recheada de interesses, prisões e denúncias com audiência garantida até no Congresso Nacional, em Brasília, onde tramita o projeto de regulamentação das rádios comunitárias [id.:ibid.].

Classificar e compreender um meio de comunicação como comunitário é obviamente entendê-lo como um meio que atende à comunidade. A conceituação do adjetivo, no entanto, não é tão simples quanto aparenta na prática das regulamentações dos serviços de radiodifusão. Em especial sobre os veículos radiofônicos, pela sua extensão e proliferação nas últimas décadas¹¹⁵, quando os definimos como comunitários, estamos operando com uma

¹¹⁵ Estima-se que existam entre 5,5 mil e 10 mil emissoras comunitárias em toda a extensão do território nacional, de acordo com Cicilia Maria Krohling Peruzzo [2004:252].

conceituação delicada que distingue não apenas entre rádios comerciais e rádios comunitárias, mas também entre estas e as rádios livres, e estabelece relações, ainda que não necessariamente de oposição ou justaposição, também com as rádios piratas e as rádios “do povo”.

Quando desenhei meu projeto de mestrado, os meios radiofônicos marcaram presença muito antes de que eu pudesse definir meu campo ou precisar melhor o objeto a ser mapeado – a saber: os meios de comunicação comunitária da área da Maré. Marcaram presença, porque minha intenção inicial era justamente de me propor a entender os laços entre o jornalismo cidadão e a comunicação comunitária. Dito de outra forma: eu queria me debruçar sobre o uso que as comunidades faziam, por exemplo, das rádios, como prestadoras de serviço e instrumentos de mobilização popular. Preparei-me, então, para analisar estes meios e perpassar uma série de dificuldades inerentes a eles. Sabia, desde o princípio, que estudar rádios comunitárias, considerando a particularidade do registro oral, provavelmente me traria limites em termos de fontes de pesquisa e, possivelmente – inclusive dada a minha inserção inicial, com abertura para a pesquisa nos meios que estavam relacionados de alguma maneira ao Ceasm –, me apresentaria algum desafio na aproximação etnográfica. Delineei meu interesse inicial em estudar uma rádio de caixinha e uma rádio de antena. As rádios “de caixinha” são assim conhecidas por não operarem com antenas, mas com alto-falantes instalados nos postes das principais vias da favela. Dado o tempo exíguo para a conclusão desta pesquisa e o cenário com que me deparei – e sobre o qual comentarei no decorrer deste capítulo –, optei por abandonar a idéia de analisar as características particulares das rádios de caixinha, achando por bem que minha demanda pela investigação de meios radiofônicos poderia ser satisfeita com a análise do caso das rádios Maré FM (105,9MHz) e Progressiva (91,3MHz), conforme explicarei. Hoje, são cerca de quatro rádios de caixinha na Maré, segundo o levantamento do jornal *O Cidadão* [ed.

22]¹¹⁶: a Rádio Pirata, a Rádio Transmania, a Rádio Ebenezer e a Rádio Comunidade¹¹⁷. Minha intenção era menos percorrer uma a uma cada rádio e mais identificar alguma que tivesse tido uma importância histórica para a região. Por esse motivo, em determinada altura, escolhi a Rádio Trans Maré – que surgiu em 1989 na comunidade do Parque União e, tendo sido a primeira rádio de caixinha da região, permaneceu em atividade por apenas um ano e seis meses – para pesquisar a respeito. Tive, contudo, sérias dificuldades de chegar até seus realizadores¹¹⁸, razão pela qual

¹¹⁶ É possível identificar evidências de outras rádios de caixinha em operação na área da Maré em conversa com moradores locais. Como, no entanto, eu não tive oportunidade de mapeá-las de modo mais rigoroso, prefiro me ater às rádios descritas na matéria *Na onda das rádios de caixinha*, apresentada na edição de nº 22, de julho de 2002, do jornal *O Cidadão*.

¹¹⁷ Segundo a reportagem do jornal *O Cidadão*, a Rádio Pirata opera há aproximadamente dez anos na Praia de Ramos. Seu nome é inspirado no grupo RPM e a rádio, “apesar do nome” é legalizada como serviço de alto-falante [O CIDADÃO, ed. 22]. A rádio conta com 60 caixinhas espalhadas pelas ruas da Praia de Ramos e da Roquete Pinto e funciona de segunda a sábado, das 9h às 19h, e no domingo de manhã. Os comerciantes pagam R\$10 por semana, para uma média de 15 anúncios fixos.

A rádio Transmania surgiu na Vila do João e “é um bom exemplo do vai-e-vem de nomes e donos das emissoras de caixinha na comunidade” [O CIDADÃO, ed. 22]: ela já se chamou Rádio Chorão, em homenagem ao seu fundador; Rádio João, em homenagem à comunidade de origem; em seguida, foi vendida e passou a se chamar Rádio Havaí; desde 2001, alugada ao Studio Castro Produções, transformou-se na Rádio Transmania, dirigida por Edson Castro. A emissora funciona com 50 caixinhas espalhadas pelas comunidades da Vila do João, Conjunto Esperança, Vila do Pinheiro e Salsa e Merengue, com planos de expansão para o Conjunto Pinheiro. Vale lembrar que, segundo *O Cidadão*, Trans Mania era também o nome de uma rádio surgida no Parque União.

A Rádio Ebenezer opera desde 2001 com 20 caixinhas espalhadas pelo Parque União. É uma emissora evangélica (o nome bíblico significa “até aqui nos ajudou o Senhor”), que funciona de segunda a sábado, das 9h as 19h. Seu diretor é o pastor Antônio Carlos, o Mininho.

A Rádio Comunidade, por fim, opera a partir da Rua Teixeira Ribeiro, uma das principais da comunidade de Nova Holanda.

¹¹⁸ Como se tratava de um meio fisicamente localizado, já que as caixinhas geralmente são espalhadas por uma região contígua à sede da emissora, identificar os realizadores de uma empreitada que já soma 20 anos é tarefa difícil e que exige tempo e dedicação além do normal.

resolvi abandonar a empreitada e me concentrar no imbróglio entre as rádios Maré FM e Progressiva, ao fim da década de 1990, que, a cada dia, se mostrava mais interessante para minha circunscrição.

Rádio Maré (ou Maré FM) e Progressiva FM foram duas emissoras concorrentes. Sua história, para mim, é exemplar de muitas das situações vividas no âmbito da comunicação comunitária: foram coincidências, disputas internas, ameaças, pressões e perseguições do Estado [sobre quais são as dificuldades geralmente enfrentadas por rádios comunitária, cf. NUNES, 2007:99] e, acima de tudo, uma rixa pela representatividade do caráter “comunitário” e “livre” das rádios na área da Maré. Para entender o que isto significa e em que se fundamentam essas perspectivas de rádios livres e comunitárias, proponho abrimos a discussão por esta conceituação e só então seguirmos pelo estudo de caso.

Como vocabulário conceitual, a fronteira entre uma dita rádio pirata e uma assim chamada rádio livre é particularmente o lado em que se encontra o enunciador. A experiência recente de guerra de informações entre as forças armadas americanas e as milícias iraquianas – que opôs o uso pela imprensa de termos como “forças de ocupação” e “forças invasoras”, para se referir ao exército aliado, e “resistência” ou “rebeldes”, para se referir aos iraquianos – é um exemplo simples de como o enquadramento da notícia pode sofrer enviesamento ideológico. Com a conceituação entre rádios piratas e rádios livres não é diferente. Cicilia Maria Krohling Peruzzo [2004:216] define como rádio livre “aquela que, numa conjuntura conflitiva ou não conflitiva, ocupa um espaço no dial dos receptores sem ter recebido a concessão de um canal” e acrescenta que tais rádios são, por isso, também conhecidas como “clandestinas”, “alternativas” ou mesmo “piratas”.

É importante lembrar que, no Brasil, como na maioria dos países com legislação sobre o sistema de telerrádiodifusão, a transmissão no espectro eletromagnético é exclusiva da União, que

pode explorá-la direta ou indiretamente, por meio de concessão do Governo Federal. Segundo Peruzzo [2004:135], até 1988, a decisão sobre a concessão cabia meramente ao Presidente da República. Com a constituição de 1988, passou-se a necessitar do aval do Congresso para conceder os canais de operação para rádio e tevê, mas esta medida, longe de significar maior equanimidade, apontou para uma prática de concessão conforme interesses políticos e econômicos [cf. PERUZZO, loc. cit.]. “O resultado é que os meios estão monopolizados nas mãos de grandes conglomerados” [id.:ibid.]. Portanto, as rádios “alternativas” são aquelas que não se circunscrevem a este modelo. Em sua autodenominação, são rádios que operam livremente (“livres”), no espectro da radiodifusão comercial¹¹⁹.

De acordo com Peruzzo [2004:241], a primeira rádio livre de que se tem notícia foi uma emissora sindical surgida em 1925, na Áustria. Em seguida, vieram rádios como a Rádio Espanha Independente, em 1941; Rádio Sucre, na Bolívia, em 1954; Rádio A Voz da Argélia Combatente, em 1958; e a Rádio Rebelde, em Cuba, no mesmo ano. A expressão “rádio pirata” surge na Inglaterra, por volta da década de 1960, quando algumas emissoras, como forma justamente de burlar o controle oficial, “iam ao ar a partir de barcos flutuando em alto-mar, fora dos limites das águas territoriais” [PERUZZO, 2004:241]. No Brasil, ainda segundo Peruzzo [2004:243], a primeira rádio livre foi a Rádio Paranóica, de Vitória (ES), que

¹¹⁹ O modelo de negócios, entretanto, não é o que caracteriza de modo mais preciso uma rádio “livre”, diante de uma rádio “comercial”. Ambas, na medida do possível, se apropriam da tradicional dinâmica de sublocação de espaços, patrocínios e anunciantes. A diferença maior entre o modelo de uma e de outra neste quesito diz respeito à abrangência dos anunciantes e patrocinadores, o mesmo se dando em relação à abrangência dos programas veiculados: “como a mídia comercial se torna a cada dia mais globalizante e universalista, o tratamento dos assuntos passa a ser genérico e nada específico. O local, o regional só são iluminados uma vez que se enquadrem em certos critérios, como os de originalidade, repercussão, conflito, raridade” [PAIVA apud NUNES, 2007:111]. (O texto original de Raquel Paiva, citado por Márcia Vidal Nunes é PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidades, mídia e globalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 205pp.)

funcionou de outubro de 1970 a fevereiro de 1971, e voltou a funcionar em 1983 até a segunda metade dos anos 1990 com o nome Rádio Sempre Livre. E, no Rio, a primeira rádio livre foi a Frívola City, surgida em 1986 para apoiar a candidatura de Fernando Gabeira¹²⁰ ao Governo do Estado [NUNES, 2007:101].

O termo *rádio comunitária* só passou a ser utilizado, no Brasil, a partir do I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias [cf. PERUZZO, 2004 e NUNES, 2007], em novembro de 1995, quando se define também que as chamadas “rádios livres comunitárias” – pela denominação uma subcategoria de rádios livres, portanto – seriam aquelas com gestão pública, sem fins lucrativos, e de programação plural, além de se enquadrarem no perfil de transmissões de baixa potência. De acordo com Márcia Vidal Nunes [2007:108],

São comunitárias as rádios que asseguram a participação plural de amplos segmentos sociais de todos os matizes que compõem uma comunidade, entendida como grupo social, agregado por interesses, vivências e/ou não de um espaço geográfico comum, que participam de forma organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação

¹²⁰ Sobre Gabeira, Wladimir Aguiar [2008:depoimento oral] comenta que o parlamentar foi o único a se levantar em favor das rádios comunitárias na época da votação pela Câmara. “Eu me lembro que, nessa comissão [a Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara, que votaria a lei nº 9.612/1998], um candidato [sic] chamado Arolde de Oliveira que era do PL, ligado à bancada evangélica, na votação, ele criou o maior rebu, como se fosse desarticular todo o movimento dentro da comissão, dizendo que 90% das rádios comunitárias do Rio de Janeiro eram ligadas ao narcotráfico. Isso foi como se uma bomba caísse dentro da comissão. O único candidato que se levantou e brigou contra isso foi o Gabeira, na época ele era do PT, não era nem do PV. Ele, dizendo que era mentira, então, foi o maior reboliço. Parou a votação, sabe? O relator suspendeu a votação uma hora e ficamos esperando, esperando, esperando. Aí, chega ele, entrou ele, [...] ‘Agora, caiu em pauta a lei 9.612, que regulamenta as rádios comunitárias. Quem estiver contra se levanta, e quem estiver a favor que fique aonde está. Votado. Aprovado.’ Aí, ficamos: ‘Caramba. Aprovou a lei. Aprovou a lei.’ Eu disse: ‘Peraí!’ Quando nós chegamos lá, nessa que nós fomos lá e voltamos, eles vieram com uma proposta totalmente diferente do que nós queríamos!”

necessários à estruturação da emissora, tais como vivências políticas, elaboração da programação, etc.

Em princípio, as rádios comunitárias são aquelas que, servindo à comunidade, operam de modo livre e alternativo, ainda que hoje tenhamos uma legislação específica para rádios desse tipo, conforme falaremos a seguir. Na prática, porém, “apesar das pautas comuns em torno da luta pela democratização da comunicação” [MALERBA, 2006:28], há uma diferença ideológica entre os movimentos de rádios livres e de rádios comunitárias. O primeiro não reconhece o Estado como detentor da exclusividade sobre o sistema de radiodifusão. Seus partidários argumentam que qualquer legislação sobre o controle do espectro eletromagnético tolhe a liberdade de expressão e de imprensa [cf. MALERBA, 2006:29]. Por outro lado, o movimento pelas rádios comunitárias entende que é necessária uma legislação que as respalde. Esta legislação, todavia, precisa levar em conta as especificidades da comunicação comunitária e ser inclusiva e não restritiva.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a legislar sobre veículos de radiodifusão comunitária. Aprovada em 1998, a lei nº 9.612, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, é controvertidamente considerada um avanço tanto quanto um retrocesso. Ao restringir as emissoras a uma transmissão de baixíssima potência¹²¹, inviabilizar a formação de redes¹²² e impedir a publicidade¹²³, a legislação “inviabilizou a existência da maior parte das experiências autenticamente comunitárias, favorecendo, na prática, a sobrevivência das emissoras ligadas a políticos e

¹²¹ A potência limite instituída pela lei é de 25 watts ERP, considerada baixa demais pelos operadores (art. 1º, § 1º).

¹²² No vocabulário da telerradiodifusão, a constituição de redes de emissoras engloba a operação de uma cabeça-de-rede (responsável por gerar a programação de rede nacional) e emissoras afiliadas e repetidoras (que retransmitem a programação da cabeça-de-rede ou geram programação regionalizada).

¹²³ A lei proíbe sublocação de horários e comerciais, mas prevê patrocínio de programas sob forma de “apoio cultural”, desde que restritos aos estabelecimentos situados na própria comunidade (art. 18).

comerciantes, que são as que estão recebendo as autorizações para funcionamento legalizado em sua maioria” [NUNES, 2007:107; cf. tb. FRANCO, 2007]. Embora o respaldo legal tenha sido uma batalha do movimento organizado de rádios livres comunitárias,

Não há dúvida de que as restrições mencionadas foram fruto do *lobby* escancarado da Abert [Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que congrega os principais empresários do setor e defende os interesses dos grandes conglomerados] e que encontraram boa acolhida junto ao governo e muitos congressistas ligados, direta ou indiretamente, a estas empresas de comunicação¹²⁴ [NUNES, 2007:108].

O dito lobby das emissoras comerciais é alimentado pelo temor de que a audiência se pulverize a partir da entrada dos veículos comunitários [cf. PERUZZO, 1998:7]. Nesta perspectiva, as rádios livres comunitárias supririam a demanda da audiência por conteúdo mais localizado e, de certa maneira, recuperariam “o sentido fundamental da comunicação: servir de vínculo ao intercâmbio de idéias e valores entre os membros da comunidade de que são parte” [NUNES, 2007:114], criando um vínculo mais “humano” [id.:ibid.] com a comunidade, ou, por assim dizer, mais orgânico [cf. PERUZZO, 2004:258].

As acusações de praxe contra os serviços de rádios comunitárias são as de que elas são capazes de gerar interferências não apenas na operação de emissoras legalizadas¹²⁵ como também

¹²⁴ No Brasil, os dados mencionados por Márcia Vidal Nunes dão conta de 60% dos parlamentares como proprietários ou sócios de empresas de comunicação [NUNES, 2007:108].

¹²⁵ É curioso notar que a lei no 9.612/1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária não só prevê a correção e a possibilidade de interrupção do serviço em caso de interferências causadas pela rádio comunitária em emissoras tradicionais, como também não dá qualquer tipo de garantia para as rádios comunitárias se o contrário ocorrer. O artigo 22 da lei nº 9.612/1998 é taxativo nesse sentido: “As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de

na freqüência da Polícia Militar e em aeroportos¹²⁶. Há quem acuse, por exemplo, as rádios comunitárias das constantes interferências nos sistemas de comunicação e navegação de aeronaves no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o que teria causado a queda de um avião da TAM em outubro de 1996. No Rio de Janeiro, a reportagem da revista *Veja Rio* [LIMA, 1997], sobre a qual entraremos em detalhes mais adiante, comenta que o sistema de comunicação do Aeroporto Internacional Tom Jobim registrava, à época, três interferências nas últimas semanas. No entanto, a reportagem abre uma brecha para a contra-argumentação ao explicar que duas destas interferências haviam sido causadas pela comercial Rádio Popular FM, e apenas a terceira, pela “pirata” Maré FM. Para Chico Lobo, um dos precursores do movimento de rádios livres no Brasil,

É estranho que pequenas emissoras, que funcionam com baixa potência (no máximo 50 Watts), venham a causar esse tipo de desarranjo nos aviões de carreira. Não podemos imaginar que grandes empresas aeronáuticas, como a Boeing e a Fokker, fossem tão ingênuas ou irresponsáveis para deixar sair de seus hangares aeronaves com tamanha vulnerabilidade nos sistemas de navegação [LOBO, 2003; cf. tb. LOBO apud PERUZZO, 1998:8].

Cicilia Maria Peruzzo [1998:7] elenca quatro características das rádios comunitárias que alimentam o rancor e a “cultura do medo” patrocinada pelas rádios convencionais para difamarem as emissoras livres. Segundo ela, a pulverização da audiência é apenas o primeiro receio do empresariado. Esta pulverização aconteceria justamente porque as rádios comunitárias desenvolvem “uma programação sintonizada com os interesses, cultura e problemática locais” [id.:ibid.]; porque elas têm demonstrado uma grande capacidade de

Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.”

¹²⁶ Na reportagem da *Veja Rio*, de 1997, representantes do Sistema Globo de Rádio acusavam as rádios “piratas” de estarem interferindo “em freqüências da Polícia Militar e dos aeroportos da cidade, além de, claro, não pagar nenhum tipo de imposto nem sofrer nenhum tipo de controle” [LIMA, 1997]. Wladimir Aguiar contra-atacava dizendo que as maiores interferências são das rádios legais e ironizava: “Se rádio derrubasse avião, terrorista ia abrir rádio pirata adoidado” [id.:ibid.].

inovar na forma e na linguagem de seus programas; e também porque elas têm enorme potencial para atrair os anunciantes locais. Mas, para Peruzzo [id.ibid.], outra preocupação advinda das operações das rádios livres comunitárias é a de que elas possuem não somente um discurso, mas uma prática que subverte o poder das oligarquias locais, educando o cidadão comum e mobilizando-o para a participação cívica e a experiência da autogestão. Citando o jornalista Nivaldo Manzano, Peruzzo ressalta que o perigo das rádios comunitárias é a promoção que elas fazem de uma “troca de papéis”, em que “de ouvinte, o cidadão passa a falante” [MANZANO apud PERUZZO, 1998:7]¹²⁷. E, aqui, abro um parêntese para relacionar as rádios comunitárias como experiências de jornalismo cidadão.

Minha análise é de que as rádios comunitárias, por sua especificidade técnica e pelo próprio apelo popular dos meios radiofônicos, mais do que veículos impressos ou tevês comunitárias, são as mais importantes experiências de autogestão¹²⁸ em comunidades. Elas são expressão clara de uma comunicação popular preocupada com (1) a expressão de um contexto de luta, (2) o conteúdo crítico-emancipador, (3) um espaço de expressão democrática, (4) a expressão do povo como protagonista e/ou (5) a sua própria incorporação como instrumento das classes subalternas. Estes aspectos, enumerados desta forma por Cicilia Maria Peruzzo [2004:124], se interrelacionam e são capazes de descrever as atividades e os interesses da comunicação comunitária de modo geral.

Quando falo em “interesses” da comunicação comunitária, aliás, estou me reportando à descrição com que descerrei este capítulo. Compreender um meio de comunicação como comunitário é obviamente entendê-lo como um meio que atende aos interesses da

¹²⁷ O texto original de Nivaldo Manzano aparece referenciado como MANZANO, Nivaldo. *Escândulo no ar*. pp. 12-13.

¹²⁸ Segundo Peruzzo [2004:85], a autogestão “é a negação da heterogestão e da burocracia. A heterogestão funciona na base da relação dual entre o que gere e o que é gerido; entre o que planeja, organiza, comanda e controla e o que executa.”

comunidade¹²⁹, eu dizia. Nesta dinâmica, Alexis de Tocqueville, em seu clássico *A democracia na América* [1987], sugere que, em comunidade, os cidadãos devem buscar o que ele denomina de “interesse próprio corretamente entendido”, ao que Robert Putnam [2000:101] esclarece como “o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais”.

Em linhas gerais, portanto, Putnam complementa o pensamento de Tocqueville apontando que o indivíduo na comunidade cívica não precisa ser altruísta, mas deve racionalizar suas ações¹³⁰, de modo a buscar o bem público, ou seja, o bem comum. “Numa comunidade cívica,” diz ele [id.:ibid.] ainda, “a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos”. A idéia por trás da esquematização proposta por Putnam é a de que a participação cívica (ou participação cidadã, como bem define Maria da Glória Gohn [2003;2005]) são experiências de ação coletiva sobre o bem público. Em certo sentido, portanto, experiências de autogestão. E, no que tange à esfera da comunicação, por autogestão lê-se meios participativos.

Como ressaltai na introdução desta dissertação, Merino Utreras [apud PERUZZO, 2004:144], em seminário sobre comunicação participativa na Unesco, distingue as possibilidades de envolvimento comunitário em três níveis: (1) produção, (2) planejamento e (3)

¹²⁹ “No caso de um bairro, uma rádio pode buscar caráter comunitário se trabalhar com conteúdos retirados do cotidiano local, do que une a todos na vida real e no dia-a-dia. É essa cultura do cotidiano que aproxima e identifica os indivíduos em uma comunidade” [NUNES, 2007:98].

¹³⁰ Segundo Albert Hirschman [1979], a lógica dos “interesses” se opõe fundamentalmente à lógica das paixões. Os interesses são historicamente introduzidos como dispositivos “domadores das paixões” [HIRSCHMAN, 1979:36]. O mundo governado pelo Interesse garantiria previsibilidade e constância, ao invés de altos e baixos [id.:50].

Com o tempo, porém, a transição de *interesses* para *interesse*, no singular (ou “interesse nacional”), no século XVII, garantiu aos príncipes absolutistas poderes extraordinários em defesa da soberania do Estado, e terminou por corromper a significação inicial no uso contemporâneo, atribuindo à lógica dos *interesses* um caráter “perverso”.

gestão. Como uma espécie de gradação – que segue da elaboração de programas com ajuda profissional à administração plena de todo o processo decisório e financiamento da organização comunicacional, e leva em consideração sempre que “a participação em níveis mais avançados é de difícil concretização” [NUNES, 2007:98] –, estes três níveis nos apresentam a complexidade deste tipo de experiência.

Atualmente, não só no sentido de se organizarem em torno de associações de classe que solidifiquem um movimento nacional – a exemplo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) –, mas também como forma de trocarem experiências e programas, as rádios comunitárias contam com plataformas de compartilhamento online de arquivos, como o recém-criado RadioTube <<http://www.radiotube.org.br>>, que permite que técnicos e realizadores se agrupem em “comunidades virtuais” de interesses, e possam, ali mesmo, disponibilizar alguns de seus programas ou baixar os programas de outros. Todos os conteúdos ficam registrados sob uma licença Creative Commons¹³¹, que permite a reprodução desde que para fins não-lucrativos, evitando, assim, futuros problemas jurídicos – já que as pressões de entidades como o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (Ecad) são tão incisivas quanto as pressões das Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações.

Como forma mesmo de evitar a repressão, determinados grupos optam pela criação de rádios de caixinha, em vez de buscar a burocrática legalização do registro de rádio comunitária por meio da lei nº 9.612/1998. Mas a origem das rádios comunitárias, no Brasil, de um modo ou de outro, está relacionada a estas experiências com

¹³¹ As licenças Creative Commons são licenças jurídicas, baseadas e adaptadas à legislação autoral brasileira. Seu principal objetivo é permitir o compartilhamento de conteúdos em meio digital, sem que a lei autoral seja ferida. Para tanto, seus modelos de licença autorizam previamente a reprodução dos conteúdos, desde que citada a fonte original e desde que respeitadas as condições renunciadas pelo autor – que pode, entre outras soluções, liberar o uso de sua obra apenas para fins não-comerciais e não permitir manipulações sobre o seu conteúdo original. Para mais detalhes, cf. o site oficial brasileiro <<http://www.creativecommons.org.br>>.

transmissões por meio de alto-falantes, as chamadas “caixinhas” [cf. NUNES, 2007:99]. Tais experiências, geralmente apresentadas como “rádios do povo” [cf. PERUZZO, 2004 e NUNES, 2007], são impulsionadas por movimentos sociais ou associações de moradores que, “não podendo operar emissoras convencionais, em razão das limitações impostas pelo sistema de concessão de canais e pelas condições econômicas, se valem desse instrumento para transmitir programas e satisfazer, assim, algumas de suas necessidades de comunicação” [PERUZZO, 2004:159]. Muitos são os casos – e a Rádio Maré é um exemplo próximo desta tipicidade – em que emissoras de caixinha convertem-se rapidamente em experiências de rádios “piratas”. Não pretendo, aqui, defender a institucionalização de rádios ilegais. Quero, antes, entender as reivindicações de ambos os lados: as comunidades e o poder público. Para tanto, e também para compreender os limites entre um serviço realmente comunitário e uma rádio privada local, é que pretendo concentrar minha análise no caso que envolveu as rádios Maré FM e Progressiva.

Como não obtive acesso aos programas veiculados na época com nenhuma das duas rádios¹³², baseei minhas investigações nas entrevistas de história oral com Alceu José da Silva, o Teteu – que comandou a Maré FM de 1997 até o momento de sua interdição pela Polícia Federal em 1999 – e Wladimir Aguiar – diretor da extinta Rádio Progressiva. E utilizo ainda trechos da entrevista com Antônio

¹³² Diretor da antiga Maré FM, Teteu comentou que ainda possuía, “em algum lugar”, as fitas cassete com as gravações dos programas da rádio. Ele havia se voluntariado a procurar em seu apartamento em Copacabana ou na casa em que morou por um longo tempo na Maré, por este material. No entanto, não só as dificuldades dos afazeres diários como a natural desorganização inerente a este tipo de atividade – em que pese a iniciativa do Adov, no caso do Ceasm, como uma rara exceção –, a recuperação dos programas não foi possível a tempo de que eu pudesse desenvolver minhas investigações. No caso de Wladimir, houve disposição em me ceder material da safra recente de sua rádio, sobre o qual pude me debruçar. A distância entre a informatização da rádio atual e os sistemas “analógicos” da Rádio Progressiva foram, talvez, razão suficiente para que ele não me ofertasse a consulta ao acervo de programas de sua primeira emissora.

Carlos Pinto Vieira, o Carlinhos, que também chega a citar o período em que esteve em contato com o grupo que tocava a Rádio Maré.

A longa entrevista com Teteu transcorreu durante a semana em que ele se recuperava de uma operação de hérnia, na casa de sua sogra, próximo à Paróquia de Nossa Senhora dos Navegantes, nas imediações da Baixa do Sapateiro. A conversa com Wladimir foi mais rápida e entrecortada pela sua atividade no comando da rádio comunitária. A entrevista ocorreu no estúdio mesmo de sua rádio, no Timbau, no segundo andar da sede da Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso (Acerp), a instituição a que a Rádio Progressiva deu origem e que hoje opera um telecentro no Timbau e outro na Baixa do Sapateiro.

Além das entrevistas, utilizei como fonte para este capítulo a reportagem da revista *Veja Rio* sobre rádios comunitárias, que citava a Maré FM e a Progressiva e exibia uma foto e falas de Wladimir e Rodrigo Lariú, jornalista que saiu da Fluminense FM no auge do sucesso e chegou a comandar o programa *Midsummer Madness* na Rádio Progressiva. A matéria foi escrita por Maurício Lima [1997] e intitulava-se *Batalha nas ondas do rádio*. Ela foi alvo de críticas e mal-entendidos e era constantemente citada nas entrevistas com Teteu, Wladimir e Carlinhos. Sem referência precisa sobre data ou edição, cheguei à reportagem após uma pesquisa na divisão de periódicos da Biblioteca Nacional em todas as edições da revista *Veja Rio* entre 1995 e 1998, margem que os entrevistados haviam me concedido.

Por fim, também me servem como fonte documental a íntegra da movimentação processual e os textos do relatório e do voto do recurso em sentido estrito anexados ao processo aberto pelo Ministério Público contra Teteu. O processo se inicia em dezembro de 1999 e é arquivado somente em janeiro de 2008, com a absolvição do réu.

Na ocasião em que eu entrevistava Teteu, ele havia acabado de tomar conhecimento da entrada em operação da nova Rádio Maré FM, e, dizia, iria buscar apurar quem poderia estar por trás da

iniciativa. Havia apenas algumas semanas a Rádio Maré FM retornara ao dial na mesma frequência de antes, 105,9MHz. Teteu não havia sido comunicado e, em diversos momentos, reclamou por não ter sido informado sobre o episódio. O fato é que a disputa envolvendo as duas emissoras teve um desfecho curioso no momento em que Wladimir recebe do Ministério das Comunicações a autorização para operar livremente como rádio comunitária e assume para a sua nova emissora o nome da antiga concorrente.

3.1. De tudo um pouco

*No serviço de alto-falante
Do Morro do Pau da Bandeira
Quem avisa é o Zé do Caroço
Que amanhã vai fazer alvoroço
Alertando a favela inteira*

[...]

*E na hora que a televisão brasileira
Distrai toda gente com a sua novela
É que o Zé bota a boca no mundo
Ele faz um discurso profundo
Ele quer ver o bem da favela*

[Seu Jorge, cantor, em música de Leci Brandão, *Zé do Caroço*]

A mesma maré que leva é a maré que traz. A imagem é mito de origem apropriado pelos Narradores da Maré¹³³ para contar a história de Dona Orosina, tida como a primeira moradora da Maré, que construiu sua casa com os pedaços de madeira trazidos pelas águas da baía. Eu uso a mesma imagem mítica para falar sobre as experiências de comunicação levadas a frente pelo moradores da favela. Pois, se em 1994 a *TV Maré* dava seus últimos suspiros e o

¹³³ Os Narradores da Maré são um grupo de contadores de história do Ceasm. Eles pesquisa mitos e lendas populares da região e se apresentam no espaço do Museu da Maré.

grupo de Carlinhos passava a se dedicar com mais entusiasmo à empreitada da Associação de Moradores do Morro do Timbau, onde haviam acabado de assumir a presidência, também em 1994¹³⁴ iniciavam as negociações entre os moradores para a criação de rádios comunitárias.

Carlinhos conta que a associação, sob sua gestão, tinha planos de reativar um antigo serviço de alto-falante da comunidade.

Começamos a fazer um trabalho, então, na associação. E um dos trabalhos que eu lembro que a gente colocou era essa questão da comunicação: a associação já tinha um serviço de rádio-falante, alto-falante, que chama, né? – que já estava desativado há muito tempo, mas que a gente pensou em reativar, colocar o serviço para a comunidade [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Mas, em seguida, o grupo ponderou que, mesmo para utilizar o serviço em prol da comunidade – especialmente fazendo chamadas e convocações para assembléias e reuniões de moradores, dar avisos e emitir alertas – o “som alto” incomodava as pessoas [cf. Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral]. Assim, a associação decidiu investir em uma rádio de antena, que pudesse se refletir em uma experiência autogestionária e autosustentável.

A idéia da rádio partiu de Gilmar Ferreira, um morador com participação na política comunitária e filiação ao PT. Gilmar, que havia sido presidente do bloco Corações Unidos de Bonsucesso e era já uma liderança na comunidade, e Tião Santos, outro morador, foram os principais articuladores, segundo Carlinhos [2008:depoimento oral], da criação da Rádio Maré.

¹³⁴ A Rádio Maré FM, segundo Teteu [2008:depoimento oral], nasceu em 1994. Como, porém, seu surgimento está atrelado à Associação de Moradores do Morro do Timbau, e Carlinhos só assumiu a sua presidência em 1995, esta data não tem precisão histórica. É possível que reflita o início das negociações, mas não deve apontar o início das atividades. Da mesma forma, Wladimir Aguiar [2008:depoimento oral] indica que a Progressiva começou a funcionar também em 1994. A Acerp, segundo ele, é que data de 1996. Como, porém, a Rádio Maré é anterior à Progressiva, creio que o ano mais provável para o início da operação de ambas seria 1995.

O Gilmar articulou a compra de equipamentos, conseguiu recursos do... da mobilização mesmo. Botou dinheiro do próprio bolso também. E eu sei que foi comprado equipamentos e nós começamos a colocar essa rádio para funcionar. E o nome que a gente deu foi Rádio Maré FM. Depois, eu acabei me afastando um pouco da coisa da rádio. Deixei eles tocando, porque eu já estava envolvido em outras coisas da associação. Mas foi um processo interessante, porque eles começaram a realmente organizar uma rádio. Com programação. Chamavam pessoas da comunidade para terem programa.

A associação cedeu um espaço para servir de estúdio à rádio, e permitiu a instalação da antena no lugar mais alto do morro, sobre a caixa d'água do próprio prédio da associação. Em sua monografia sobre o Ceasm, André Luís Esteves Pinto [2000] relata que a emissora “tinha um raio de ação que ultrapassava a Maré, chegando a lugares distantes como os bairros de Botafogo e Niterói [sic]”.

A experiência de Wladimir Aguiar à frente da Progressiva começa a partir da empresa que ele cria, de revenda e manutenção de equipamentos de radiodifusão. Técnico em eletrônica, Wladimir [2008:depoimento oral] conta que havia firmado uma parceria com um grupo de São Paulo que produzia em escala industrial equipamentos de rádio. Ele ficou responsável por revender esses equipamentos no Rio e passou a retirar 15% do lucro para investir, então, no “movimento”. O “movimento” é a palavra que ele usa para se referir aos partidários da causa das rádios comunitárias.

Por gostar de rock e entender que uma rádio comunitária “jamais pode fazer uma programação igual a uma rádio broadcast, uma rádio de visão comercial” [AGUIAR, 2008:depoimento oral], Wladimir montou uma programação de música alternativa voltada prioritariamente para o público jovem. Tida pelas demais lideranças comunitárias – Carlinhos, Teteu e André Luís, entre elas – mais como uma rádio “livre” do que como uma rádio “comunitária” em si, justamente pela ambição de extrapolar a comunidade e veicular uma

programação segmentada por interesse etário, Wladimir afirma que o nome Progressiva surgiu por “a gente achar que o movimento comunitário era um movimento progressista”. Na sua perspectiva, o perfil “comercial” cabia mais à Rádio Maré, que tinha, segundo ele, uma proposta mais fechada, seguindo uma lógica empresarial. “A Rádio Maré era uma coisa legal, mas a visão deles era comercial, e a nossa visão não era comercial” [AGUIAR, loc. cit.]

Sobre a lógica empresarial, André [ibid.] e Carlinhos [2008:depoimento oral] admitem um desvirtuamento do projeto inicial da Maré FM, que, de acordo com eles, assume um caráter mais “comercial” e menos “comunitário” com o passar dos anos. “A idéia era que a rádio se tornasse uma coisa que pudesse gerar renda inclusive para eles, que estavam na rádio”, diz Carlinhos. O comportamento também é registrado por André [2000:48], para quem “Tão logo um grupo de moradores se viu no controle da rádio, começou a predominar a lógica da grande mídia na emissora comunitária. Administração, produção da programação e decisões nas mãos de poucos.”

A visão de Teteu sobre o desenrolar da experiência é um pouco diferente. Para ele, a rádio foi aos poucos se consolidando como a principal emissora da região e, portanto, assumindo cada vez mais um padrão profissional de organização e gestão. “Antes de eu entrar na rádio, o dividendo da verba que entrava era diferente. Não era tudo o que eu queria, mas eu era novo, e tinha que aceitar. Mas, depois, quando eu entrei e mudei tudo, aí, eu dei mais condições para quem trabalha ali dentro” [SILVA, 2008:depoimento oral]. Para Teteu, o simples fato de a rádio comunitária gerar emprego para os moradores da favela já justifica seu entendimento como “comunitária”.

As colocações de Carlinhos e André Luís, no entanto, apontam na direção de uma compreensão mais estrita do papel de um veículo comunitário: a idéia de que, como “comunitário”, este veículo não pode seguir as mesmas orientações de um meio de massa, ou seja, voltar-se para o entretenimento e gerar lucro, embutido na idéia de sustentabilidade do empreendimento. Segundo

Cicilia Peruzzo [2004:132], é muito comum que lideranças dos movimentos de rádios livres comunitárias rechacem a idéia de que seja possível criar e desenvolver uma linguagem comunicacional que ao mesmo tempo sirva à comunidade e fale para as massas.

A tendência a repudiar a mídia massiva talvez tenha até influenciado a elaboração de uma comunicação popular não tão atraente, que atribui um espaço e um valor muito reduzido ao entretenimento, ao lazer, às amenidades, ao humor e ao lúdico – às coisas do mundo do sonho, da fantasia, do divertimento e do afetivo, enfim, que integram o dia-a-dia e os anseios humanos e das massas. [...] Se os meios comunitários quiserem alcançar sucesso e se mostrar democráticos, terão que repensar esta prática e trabalhar com os valores culturais onde se inserem [PERUZZO, loc. cit.].

Sobre a Rádio Maré, Carlinhos critica ainda a vinculação da emissora aos interesses de políticos. Ele aponta que alguns equipamentos foram, na verdade, adquiridos com doações de políticos do PMDB e do PT, entre eles, Jorge Bittar, que figura como “um grande incentivador da rádio” [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Wladimir lembra que de sua parte havia, sim, uma aproximação com grupos políticos, mas, menos por apoio financeiro e mais por identificação com a causa das rádios comunitárias. Ele cita o PTB, com Arnaldo Faria de Sá, e o PDT de Brizola¹³⁵.

Já a “resposta” de Teteu [2008:depoimento oral] a este tipo de crítica à vinculação partidária é a de que ele pessoalmente jamais

¹³⁵ “Em São Paulo, o parlamentar que dava muito apoio à rádio comunitária era o Arnaldo Faria de Sá, que era do PTB. Eu era muito colado a ele, e as pessoas achavam que eu era PTB. Eu não era PTB. Na época, eu estava no PDT. [...] E o Leonel Brizola tinha uma visão muito de vanguarda em relação à rádio comunitária. E, por incrível que pareça, lá em Brasília, os parlamentares que mais apoiaram a rádio comunitária foram – não era o PT, não era PC do B, não era nada. Era o pessoal do PDT, que não tinha medo de peitar Roberto Marinho, o pessoal do Sílvio Santos, da Band. Não tinham medo, entendeu? Batiam neles de frente, e estavam sempre presentes” [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

se envolveu como militante de partidos políticos. Trabalhou, sim, para políticos: fosse fazendo jingles em carro de som, fosse atuando como locutor em programas eleitorais. Mas cita, inclusive, os apelos de Gilmar Ferreira, para que ele se filiasse ao Partido dos Trabalhadores (“o presidente sempre falava [...] ‘você tem que vir pro PT, Teteu, suas idéias são meio revolucionárias, suas idéias são boas’”), para concluir, a seu modo, dizendo que “eu nunca fui partido, eu sempre fui grana, cara” – numa polêmica alusão à sua visão de profissionalismo.

O que resulta deste movimento, portanto, é que a Maré FM nasce no seio da associação¹³⁶, mas acaba ganhando vida própria, seguindo um rumo distinto do grupo que iria, logo adiante, firmar a parceria com a Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH), e dar origem ao Ceasm. De 1995 para 1996, a rádio foi se estruturando e se consolidando como a primeira rádio na região. Havia, na época, mais três outras rádios: uma no Parque União; uma na Rua Teixeira Ribeiro, na Nova Holanda; e uma “aquí no morro, de um rapaz aí, que eu não gosto nem de falar o nome dele” [SILVA, 2008:depoimento oral]. Esta última, exatamente a Rádio Progressiva FM, era a emissora criada por Wladimir Aguiar, com um perfil de rádio “livre” e uma programação alternativa voltada exclusivamente para o público jovem. Wladimir havia planejado uma rádio que, apesar de funcionar a partir da Maré, não tinha um vínculo forte com a comunidade: sua audiência era majoritariamente de outros pontos da

¹³⁶ Teteu [2008:depoimento oral] reconhece a liderança de Carlinhos como “um cara muito sério” e “muito concentrado”, mas lembra que o grupo da rádio, em certo momento, optou por tomar a frente em determinadas ações (“nós éramos os mais revolucionários”), até para poupar a imagem de Carlinhos, de Maristela e da associação. No período que comentarei a seguir, da invasão ao prédio que mais tarde viria a se tornar o Ceasm, por exemplo, Teteu explica que “o Carlinhos é afastado de tudo que possa trazer problema. O Carlinhos não se envolve em nada, entendeu? [...] Então, [...] botamos a associação para trás, pra que não trouxesse nada de represália ao Carlinhos. Nós estávamos querendo deixar o nome do Carlinhos e da associação isento. Tanto que nós entramos ali, ele trouxe a Eliane [Eliana Sousa e Silva, presidente da AMANH], fizeram a parceria deles ali, e a rádio não se meteu em nada, entendeu?”

cidade. O sucesso da programação, em que pese o caráter momentâneo musical da emissora, acabou atraindo a atenção, entre outros, de Rodrigo Lariú, jornalista e radialista que então estagiava na MTV e mais tarde passou a apresentar o programa *Midsummer Madness* na rádio Fluminense FM. Lariú começou a oferecer fitas de seu programa, incluindo a seleção musical que fazia, para que Vladimir retransmitisse na Progressiva [cf. AGUIAR, 2008:depoimento oral] – “Só que ele não vinha aqui, porque ele tinha medo de vir na Maré. Então, ele mandava as fitas cassete pra gente, e a gente botava no ar”. Com o fim da Fluminense, Lariú passou a colaborar mais ativamente, inclusive, contribuindo para que a audiência roqueira órfã da rádio comercial migrasse para a Progressiva.

A rivalidade entre a Maré FM e a Progressiva FM deu margem a inúmeras acusações recíprocas de sabotagem. Mas a estrutura técnica da segunda permitiu sua sobrevivência, de modo que o grupo de Teteu e mesmo o de Carlinhos são os que mais guardam *ressentimentos*. Segundo André Luís Esteves Pinto [2000:49], a Progressiva contava com “modernos equipamentos, como softwares projetados para o funcionamento autônomo da programação, sem operador”. Vladimir [2008:depoimento oral] conta que, no início das suas atividades, ele utilizava fitas VHS para gravar a trilha de áudio em boa qualidade e poder automatizar o processo com seqüências de dez a doze horas de programação.

O que a gente fazia era botar fita de videocassete [...], gravava fita de videocassete em hi-fi estéreo, então era uma qualidade ferrada, ficava do jeito que tava nas fitas, e colocava no videocassete aqui [...]. Então, a rádio ficava aqui como um laboratório, um *laboratório social* que a gente desenvolvia [...], um laboratório de testar equipamentos, de testar antenas, acústica. As pessoas, os companheiros de outras rádios, vinham usar como exemplo [AGUIAR, 2008:depoimento oral, grifo meu].

A despeito da implementação e do bom uso da tecnologia neste “laboratório social”, a crítica de Teteu – que à época usava CDs,

MDS e discos de vinil na Rádio Maré¹³⁷ – era de que, estendendo a programação dessa forma, “com fitão”, a Progressiva não oferecia trabalho para os jovens da comunidade, pois pelo automatismo não necessitava de mão-de-obra, ao contrário da Maré FM, que chegou a contar, em seu auge, com doze funcionários empregados diretamente pela emissora, entre jovens, adultos e idosos. O trabalho social de Wladimir, contudo, se voltava para jovens e crianças. Pretendendo-se, com todas as letras, uma “escola de rádio”, a Acerp já teve cerca de dez pessoas trabalhando em torno das atividades da rádio¹³⁸.

Que fique bem claro: na rixa entre as duas rádios comunitárias, não há mocinho ou bandido, apenas a disputa por representatividade. O trabalho de Wladimir à frente da Acerp se iniciou no momento em que a Maré FM sofreu seu primeiro revés, com o incêndio do primeiro estúdio¹³⁹, em 1996. Um incêndio, para Teteu, criminoso.

Alceu José da Silva, o Teteu, não fez parte da rádio desde o princípio. Ele foi convidado por Gilmar Ferreira, o primeiro presidente, para integrar o núcleo da emissora, graças ao seu prestígio como

¹³⁷ “Era só md, e tinha um rack para tocar vinil, e tinha um cd. A rádio tinha os três. Tinha muito dj, tinha baile de charme, e o charme usa muito vinil. Nós éramos obrigados a ter pick-up, às vezes até duas pick-ups, por causa dos djs” [SILVA, 2008:depoimento oral].

¹³⁸ “Na época, tinha eu, a Aline, o Márcio, o Marcelo, o Marcos... Se não me engano, eram dez pessoas que trabalhavam na rádio. Mas muitos deles não tinha visão assim... não eram todos que tinham visão social para a rádio. Faziam, porque gostavam do estilo de música, e achavam legal estar fazendo um programzinho. Mas a gente aproveitava isso pra estar trabalhando a questão, né? A questão social. Aproveitava esse momento, as pessoas que eram jovens, muitas delas, já despontavam como liderança e a gente trabalhava politicamente isso” [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

¹³⁹ Segundo Teteu [2008:depoimento oral], Calango, o rapaz que era operador de áudio da Rádio Maré e que morreu há pouco tempo, queimado pelo tráfico, possuía uma série de fotos e documentos dos primeiros anos da emissora, incluindo aí fotos do dia do incêndio e do estúdio arruinado.

comunicador local¹⁴⁰. Teteu trabalha como cantor e locutor de rádio desde criança, já venceu inúmeros concursos dentro e fora da comunidade, integrou grupos de pagode, foi intérprete de blocos carnavalescos, e há mais de vinte anos trabalha como produtor do Carnaval da Globo, repassando aos apresentadores da rede de televisão as informações de bastidores a que tem acesso nas diferentes escolas de samba. A chegada de Teteu, portanto, como ele mesmo gosta de definir foi “com grande respaldo”, “com um QI [gíria para “quem indica”] bastante alto”. Quando chegou, Teteu pôde escolher o horário e o tema para seu programa, que ele batizou de “De tudo um pouco”, por ser um programa de variedades. Ele foi ainda responsável por uma reforma na grade de programação da emissora – que passou a funcionar de 6h a 0h – e pela introdução de vinhetas gravadas nos estúdios da Rádio Imprensa FM, onde trabalhou, e teve, portanto, facilidade para negociar a locução e edição do material.

Gilmar, naquela época, estava, segundo Carlinhos [2008:depoimento oral], preocupado em legalizar a rádio, que já sofria ameaças da Polícia Federal, muito embora, por outro lado, curiosamente recebesse material enviado pelo Ministério das Comunicações, para retransmitir em sua programação¹⁴¹.

Contando com uma programação mais regular, com grade fixa, a Maré FM passou a sublocar seus horários para algumas entidades, entre elas a Fundação Oswaldo Cruz, a Igreja Católica e a Igreja Batista e até o Grupo AfroReggae. Os programas traziam subsídios para a emissora, que ainda possuía programas viabilizados

¹⁴⁰ Em sua fala, Teteu [2008:depoimento oral] parece ter a dimensão exata da amplitude de seu trabalho como comunicador. Para além de detalhar as mudanças que implementou na rádio, ele compreende muito bem o seu papel como, por assim dizer, “formador de opinião”. “Se você vai falar pras pessoas, você tem que saber o que você vai falar. Não vou ficar falando gíria, porque se tem uma criança ouvindo, a criança já entra naquilo: ‘Pô, Teteu falou aquilo no outro dia. Bonitinho!’”

¹⁴¹ Teteu afirma que a rádio recebia material da Rádio Globo, através da ong Viva Rio, e também do Ministério das Comunicações. Para mais detalhes, cf. SILVA, 2008:depoimento oral.

por apoiadores culturais, como o Supermercado Princesa (depois, Multimarket) e o “shopping” popular da Teixeira Ribeiro, na Nova Holanda. Entre os musicais, havia programas dedicados aos gêneros funk, charme, hip-hop, forró, sertanejo, samba e pagode, entre outros. E, claro, flashes com noticiário esportivo e informes sobre assuntos de dentro e de fora da comunidade. O programa de Teteu, *De tudo um pouco*, era um programa de variedades, com entrevistas, debates, comunicados à comunidade, reuniões de moradores, busca por pessoas desaparecidas etc. Durante a semana, ele dedicava uma parte de seu horário à programação musical e, na sua descrição, na segunda-feira, tocava músicas inéditas; na terça, era o dia do programa chamado Tri-Toca, quando lançava seqüências de três músicas; na quarta, era o “Balanço dos Bailes”; quinta, era dia de “Salada Musical”; sexta, da “Sexta de Sucessos”; e sábado, do “Pagode da Comunidade”. Segundo Teteu [2008:depoimento oral], do padre ao “Palhaço Palito”, muita gente teve horário da Rádio Maré.

Após o incêndio de 1996, a associação de moradores e o grupo da Maré FM decidiram ocupar um prédio abandonado no Morro do Timbau, que viria, então, a ser a atual sede do Ceasm¹⁴². A invasão rendeu à emissora seu segundo estúdio. “E a rádio começou a funcionar tipo uma escolinha de rádio” [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral]. Não obstante as críticas que faz em relação ao deturpamento da proposta original da Rádio Maré, Carlinhos [ibid.] evidencia que havia, para ele, uma distância grande separando os projetos da Maré FM e da Progressiva.

O Wladimir é um cara muito inteligente. Ele criou uma rádio que chama Rádio Alternativa [sic], que era uma rádio que tinha uma programação rock’n’roll, que era uma rádio muito ouvida por determinado público, mas ela não tinha esse caráter comunitário, como a Rádio Maré já tinha. A Rádio Maré

¹⁴² Uma matéria da *Veja Rio* (ano 31, nº 51), de dezembro de 1998, citava Eliana Sousa e Léa da Silva, apresentando-as como “donas de um canudo” que transformaram o “elefante branco” do prédio abandonado no Morro do Timbau em sede do Ceasm. Em outubro de 1999, a mesma revista (ano 32, nº 41) apresentava todo o grupo do Ceasm como os “doutores da favela”.

agregava um monte de... os artistas da comunidade iam para a Rádio Maré. Os comunicadores, tipo o Dito Félix, o pessoal que estava lá na Lona [Cultural], aquele pessoal começou a participar da rádio, Seu Nilo da Rádio...

Num universo de quatro rádios “livres” e mais algumas rádios “de caixinha”, é estranho notar que a concorrência entre apenas duas fosse tão enfática. Mas, de certa forma, Maré FM e Progressiva FM, ainda que não disputassem o mesmo público, disputavam a mesma comunidade, o Timbau. Nesse sentido, a rivalidade entre as duas era a rivalidade de dois projetos políticos de comunicação comunitária distintos. Wladimir [AGUIAR, 2008:depoimento oral; cf. tb. Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral] havia tentado se aproximar do grupo da Rádio Maré antes. Ele conta que ainda tentou essa aproximação, mas chegou à conclusão de que sua proposta era mais “educativa”, numa linha de propor uma conscientização e uma visão crítica da realidade para a audiência. Por essa razão, ele optou por fundar sua própria rádio, a Progressiva FM.

Quando nós montamos, aqui, na primeira semana, eu fui na associação de moradores. Na época, era o Antônio Carlos [o Carlinhos] que era o presidente. Eu convidei ele pra ele vir pra rádio. O que ele precisasse, estava aqui disponível. Mas ele já tinha o grupo dele, que já estava funcionando lá na associação, junto com a Rádio Maré. E, depois, fugiu da proposta do Carlinhos também. A proposta dele também não era para... para... Aí, os caras se isolaram, montaram a rádio em outro local, e começaram a tocar como se fosse uma empresa. Só que aí veio as repressões, as grandes repressões às rádios comunitárias [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

Carlinhos aponta que a Rádio Maré já vinha com dificuldades e havia tensões entre o próprio grupo da rádio e entre o Ceasm e a rádio – “A gente questionava a forma como a rádio era conduzida”, diz.

A gente tinha pessoas do Ceasm que estavam querendo ter uma inserção maior dentro da rádio. A gente, o Ceasm, tinha uma proposta de construção de uma rádio também. Chegou até a entrar com pedido junto ao Ministério das Comunicações.

A gente recuou porque, de certa maneira, a gente sofreu ameaças por conta dessas pessoas que já estavam já com um projeto de rádio, tipo esse rapaz, o Wladimir [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

Novamente, estou pouco interessado em entrar no mérito das disputas internas entre estas lideranças, e mais interessado, sim, em identificar como funcionavam as duas rádios e qual a memória de seus respectivos grupos sobre esta rivalidade. Como veremos mais adiante, a apropriação da memória da Rádio Maré por parte de Wladimir, no momento em que este recebe do Ministério das Comunicações a autorização para operar como rádio comunitária, é precisamente o que mais me interessa neste caso. E, para chegar a comentá-lo, entendo que seja necessário descrever e analisar a origem de ambas as emissoras.

Dois anos antes de a Polícia Federal interditar a Maré FM, levar os equipamentos e lacrar os transmissores, outro fato marcante acirrou a rixa entre os dois grupos, o de Wladimir e o de Teteu, que passava então a ocupar o cargo de presidente e diretor de programação da rádio – o segundo e último presidente, sucedendo a Gilmar. Uma reportagem da Revista Veja Rio, assinada por Maurício Lima e com o “intuitivo” título *Batalha nas ondas do rádio*, denunciava a expansão das chamadas rádios piratas. Segundo a reportagem [LIMA, 1997], até 1995, eram 107 rádios piratas operando no Rio de Janeiro. Em 1997, porém, um novo levantamento da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações (DRMC) teria identificado 306 emissoras ilegais. Enquanto isso, o número de rádios legais no estado não passava de 140.

A *batalha*¹⁴³ prenunciada por Lima [1997] dizia respeito à contenda entre rádios comerciais tradicionais e rádios livres

¹⁴³ Como eu, ao citar *MacBeth* na divisão do sumário desta dissertação, a reportagem [LIMA, 1997] se iniciava citando Shakespeare – na passagem de Hamlet a que também faço referência no título e na abertura deste capítulo: “William Shakespeare estava certo. Há mais coisas entre o céu e a terra do que pode imaginar a vã filosofia. Ao

comunitárias. Na matéria, Paulo Mello, presidente da Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Rio de Janeiro (Aerj), alegava que “O espaço radiofônico do Rio está saturado. A [rádio comercial] Antena Um, por exemplo, não pega em Bangu por causa das rádios piratas de lá. Elas não usam filtro e as ondas se propagam sem controle”. A intenção da reportagem, na verdade, era debater o projeto de lei nº 1.521/1996, apresentado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) ao Congresso Nacional, buscando regulamentar as funções e as autorizações do serviço de radiodifusão comunitária e rejeitando a denominação “pirata”. O termo que a *Veja Rio* usa para se referir às rádios, no entanto, é sempre este.

Denunciando uma suposta concorrência desleal para atrair anunciantes¹⁴⁴, o texto ainda citava a interdição da mais antiga rádio comunitária do estado do Rio, a *Novos Rumos*¹⁴⁵, de Queimados.

A grande polêmica levantada pela matéria e a que mais repercutiu na Maré, no entanto, foi o tratamento desigual dado às rádios comunitárias citadas no texto. Retratado em uma foto no estúdio de sua rádio, levantando o braço esquerdo com o microfone na altura da boca, e à frente de uma reprodução da famosa foto de

escrever a célebre frase, o dramaturgo inglês certamente não se referia às ondas de rádio. Menos ainda à batalha invisível que está sendo travada na atmosfera carioca. Mas o gênio acertou. Acima de nossas inocentes cabeças e 380 anos depois da morte de Shakespeare, emissoras legais e piratas – comunitárias ou livres – travam uma guerra surda por frequências de transmissão. Uma feroz disputa recheada de interesses, prisões e denúncias com audiência garantida até no Congresso Nacional, em Brasília, onde tramita o projeto de regulamentação das rádios comunitárias.”

No fim, o texto encerrava dizendo que “A guerra está só começando.”

¹⁴⁴ Segundo Maurício Lima [1997], a rádio “pirata” Zona Sul FM, que com apenas 25 watts transmitia da Zona Sul da cidade e alcançava até o município de Belford Roxo, cobrava R\$100 por 150 inserções publicitárias de 30 segundos, enquanto uma rádio comercial como a Antena Um cobrava por cada comercial de 30 segundos os mesmos R\$150.

¹⁴⁵ A rádio *Novos Rumos*, criada em fevereiro de 1991, influenciou o surgimento da *Maré FM* e é tida como a primeira rádio comunitária no estado do Rio. Ouvida por cerca de 165 mil habitantes, a rádio só perdia para a *Globo* em audiência. Na cidade do Rio, a *Rádio Maré* é que seria a pioneira, como serviço comunitário, embora não seja a primeira rádio “livre”.

Che Guevara, Wladimir era pintado como um herói revolucionário. A frase na legenda “Só saio daqui morto” contrastava com a citação à Maré FM, sem o nome de seu diretor e descrita como “Sob investigação da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações, a rádio também é acusada de fornecer o preço de drogas e os locais de distribuição” [LIMA, 1997]. Para Teteu [2008:depoimento oral], a matéria da Veja Rio foi “a maior covardia”. Alguns ouvintes, segundo ele, ligaram ou mesmo foram à rádio para dar o seu depoimento, protestando contra a reportagem, “as pessoas ficaram injuriadas”.

Tinha pessoas que liam aquilo e as lágrimas pingavam. Sabia que não rola aquilo, nunca aconteceu aquilo, cara. Eu, como presidente da rádio, como diretor da rádio, [...] como é que eu ia autorizar alguém a falar aquilo? Quem é que ia entrar no ar para falar uma coisa dessas? [...] Tinha ouvinte de todo lugar, pó! [...] As pessoas se chatearam de uma forma aí que acharam até que tinham que tomar outras atitudes – que não foram tomadas devido à minha liderança. ‘Ninguém faz nada! Quem vai fazer é aquele lá em cima!’ Ainda não fez, mas vai fazer. Já se passaram dez anos! Mas, para aquele lá não tem tempo...

De acordo com Wladimir [2008:depoimento oral], a matéria, na verdade, foi sugerida por Lariú, que mantinha contato com o repórter da Veja, uma vez que Veja e MTV eram empresas do Grupo Abril. Lariú teria sugerido uma pauta sobre rádios livres, citando o seu trabalho na Progressiva FM e, por esse motivo, a emissora acabou ganhando evidência na reportagem¹⁴⁶. Na página 16, iniciando na frequência 91,3MHz e encerrando na 105,9MHz, um infográfico citava o nome de uma série de “piratas”. O box opunha, intencionalmente ou não, a Progressiva à Rádio Maré no que a revista chamava de “o dial fora-da-lei”.

¹⁴⁶ A acusação contra a Maré FM, segundo Wladimir, foi um grande mal-entendido, gerado involuntariamente por Lariú, que repassou informações ao repórter da Veja Rio. Ao conversar com um dos diretores da Bentel (hoje Anatel), Lariú soube que a emissora estava sendo investigada pela Polícia Federal e ouviu “aquela proposta errada de que a rádio comunitária era ligada a traficante” [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

3.2. O dial fora-da-lei

Nesse trabalho é ‘salve-se quem puder’, pois, por não sermos regularizados, ficamos à própria sorte

[Agnaldo Leandro, locutor de um programa numa rádio comunitária não-regularizada do Timbau, em entrevista ao jornal *O Cidadão*]

Após a reportagem da Veja, a rivalidade entre Maré FM e Progressiva FM aumentou bastante. “Eu achei uma coincidência muito grande ele [Wladimir] estar no ato do incêndio e no momento da apreensão da rádio, entendeu? Eu fiquei muito chateado e cortei relacionamento com ele até hoje. Ele já reclamou com as pessoas aí que não tinha nada a ver, mas eu acho que tem a ver”, acusa Teteu [2008:depoimento oral]. A verdade é que o fato de a matéria ter enaltecido Wladimir e atacado a Rádio Maré com informações imprecisas acabou contribuindo para acirrar a inimizade entre os grupos.

Em 1999, a Polícia Federal, que já vinha investigando as transmissões irregulares na área da Maré fechou a Maré FM em fevereiro, em operação conjunta com a Anatel¹⁴⁷. A emissora “Tentou se reerguer, com equipamentos emprestador. No entanto, em novembro do mesmo ano, o novo fechamento e o confisco dos equipamento [sic] pela Anatel selou o fim da trajetória da Rádio Maré FM” [PINTO, 2000:49]. Teteu afirma que, junto com a Rádio Maré as outras duas rádios, com exceção da Progressiva FM, foram também

¹⁴⁷ Tanto Teteu quanto Wladimir, em suas entrevistas, comentam de modo semelhante as operações da Polícia Federal. Para o primeiro, “a polícia veio intimidando, e eram muitos policiais. Eu não vi, não, mas disseram que tinha quase vinte policiais. Cercaram a rádio, vieram com granada, fuzil. Vieram pra trocar tiro com os caras do morro, porque a rádio era do morro”. O segundo, por sua vez, lembra que “bateu a Polícia Federal, com fuzil, metralhadora, algema, granada. Tudo aparato bélico! Eles chegavam aqui como se fosse estar numa boca de fumo, como se fosse um traficante, um grande traficante. Então, eles chegavam aqui, e se deparavam, às vezes, com eu, com a menina aqui, às vezes tinha uma criança aqui.”

interditadas, mas uma reportagem do jornal *O Cidadão*, de julho de 2002, indica que apenas duas rádios já foram fechadas pela PF na área da Maré: a Maré FM e, mais tarde, a Rádio Devas – sobre a qual comento na introdução desta dissertação. Independentemente de se confirmarem as outras interdições, Wladimir [2008:depoimento oral] alega que deve a sobrevivência da Rádio Progressiva a um sistema engenhoso que a emissora utilizava à época: automatizando a programação, a rádio contava com um transmissor no Morro do Timbau e um transmissor alternativo no bairro do Caju.

Tá vendo aquele equipamentozinho ali? Aquilo é um *timer*. Então, esse timer ligava às 6h e desligava 6h da manhã. O de lá ligava 6h da manhã e desligava 6h da tarde. Então, quando dava 6h da tarde, o de lá – ‘tuf!’ – desligava, e o daqui ligava, num sincronismo. Então, quando ele [o Ministério das Comunicações, através da Polícia Federal] vinha aqui, a rádio não estava no ar, não tinha flagrante. Tinha os equipamentos: tudo frio. E a gente falava: ‘Pô, tá aqui o pedido do Ministério [a documentação que servia de entrada para o processo de concessão do canal]. Tô esperando chegar a concessão, que não saiu.’ [...]

Na época, os policiais falaram que era questão de honra me prender e fechar a Rádio Progressiva, que era a única que eles não conseguiam fechar [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

Na segunda “batida” da Polícia Federal, o operador de áudio da Maré FM, Renato da Silva Rodrigues, foi detido em flagrante. Segundo Teteu, havia um combinado entre diretores e funcionários da emissora de que, se houvesse algum flagrante, nada seria dito à polícia. Mas, temendo represálias, Renato acabou falando no nome de Teteu, o então diretor, que acabou sendo réu no processo promovido pelo Ministério Público Federal.

O processo, iniciado em dezembro de 1999, acusava Teteu de violar o artigo 183 da lei nº 9.472/1997, que institui pena de detenção de dois a quatro anos, aumentada da metade, se houver

danos a terceiros, e multa de R\$10 mil, para quem “Desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação”. No entendimento do relator do processo, não era o caso de entrar no mérito da lei nº 9.612/1998. Em primeiro lugar, porque a lei não prevê sanções penais em caso de descumprimento. Em segundo, porque a lei rege apenas transmissões de baixa potência. Alegando que o que devia prevalecer em casos como esse seria o “interesse da coletividade”, o texto sustenta que “não há que se falar em rádio comunitária, pois o equipamento apreendido possui uma potência que excede substancialmente o limite permitido de 25 watts”, prendendo-se à definição de rádio comunitária como rádio de baixa potência, conforme a lei prescreve, mas ignorando a dinâmica social que compreende as rádios comunitárias como veículos à serviço da comunidade e pela democratização da comunicação e conquista da cidadania.

Rejeitada a denúncia impetrada pelo MP em primeira instância, o recurso em sentido estrito, relatado pelo desembargador federal Abel Gomes, ressaltava a clandestinidade das operações da Maré FM e descrevia a operação de interdição como partindo de uma solicitação dos moradores vizinhos à rádio:

foi realizada uma operação em conjunto entre policiais federais e fiscais da Anatel, em atendimento à *solicitação de moradores vizinhos à rádio*, e [...] a mesma encontrava-se em pleno funcionamento no momento da diligência, ensejando, inclusive, a prisão em flagrante do operador de áudio RENATO DA SILVA RODRIGUES. Todos os equipamentos da rádio foram apreendidos e submetidos a exame pericial.

Asseverou que olaudo constatou que a potência do material analisado é de 240 watts, capaz, portanto, de causar danos e/ou interferir nos *meios normais* de comunicação. Por fim, requereu o Ministério Público Federal que o denunciado fosse condenado nas penas do art. 183, caput da Lei n. 9.472/97.

O Juízo a quo rejeitou a denúncia, com fulcro no artigo 43 do Código de Processo Penal, por entender que as irregularidades descritas na peça inicial, advindas da falta de autorização para

operação do serviço de radiodifusão, *não ingressaram na esfera penal, mas, tão somente, constituíram ilícitos administrativos* [GOMES, 2005a, grifos meus].

O voto do recurso, proferido também pelo desembargador Abel Gomes, alegava ainda que a legislação tem apenas o objetivo de “impedir que as atividades de telecomunicações sejam desempenhadas ao descontrole, por razões muitas vezes apenas pessoais, sem nenhum compromisso com o interesse público que toca à área específica, com a possibilidade de interferência perigosa em diversas atividades” [GOMES, 2005b, grifo meu].

A questão que levanto, aqui, diz respeito à compreensão de “interesse público” e “interesse da coletividade” a que fazem menção os pareceres da justiça. Pouco importa discutir no relatório e no voto do recurso à sentença em primeira instância a conceituação de “rádio comunitária”, senão traduzi-la como uma rádio de baixa potência – em oposição às rádios “normais”. A investigação não deu conta de qualquer relação entre a Maré FM e o tráfico local. Também não concluiu que a falta fosse passível de ingressar na esfera penal, constituindo-se apenas como ilícito administrativo, conforme relatado no recurso. Mesmo assim, o “interesse público” a ser zelado não é exatamente o interesse *do público* – que pode ser tanto o público da comunidade quanto os cidadãos de maneira geral –, mas o interesse *do poder público*, que é o detentor exclusivo da exploração do sistema de telerradiodifusão. Tanto isso é verdade, que o texto do recurso, ao tratar do perigo potencial das interferências que viessem a ser causadas pela Rádio Maré, alega que, causando dano ou não, a emissora deve ser responsabilizada, inclusive, por este perigo potencial. Em determinado trecho, o autor do voto chega a comparar a possibilidade do dano à posse de entorpecentes, numa analogia preconceituosa e desmedida¹⁴⁸.

¹⁴⁸ O trecho é o seguinte: “Sem pretender superar o âmbito pragmático da análise do caso para fins processuais, apenas entendo por bem frisar que, em muitas ocasiões, o juízo sobre o perigo derivado de uma determinada situação objetiva, apenas se situa no plano mais subjetivo, no que tange à verificação do dano que ele antecipa na

Logo que a rádio foi interdita e o processo se iniciou, Teteu se candidatou mais uma vez a vereador, nas eleições municipais de 2000¹⁴⁹, mas não foi bem sucedido. Do material que acumulou ao longo dos anos em que esteve no ar na Maré FM, ele alega que a mulher doou boa parte ao Adov e ao Museu da Maré¹⁵⁰. Em minha pesquisa no acervo do Adov, não consegui identificar este material.

norma, sem que, entretanto, não seja possível concluir, já agora da objetividade da situação de fato, que ela representa perigo de dano para o bem tutelado.

“É o caso da situação concreta de quem tem em depósito substância entorpecente, onde a guarda da mesma, por si só, não deixa entrever um perigo concretamente demonstrado para quem quer que seja, posto que o agente pode nem mesmo retirar do armário a substância. Mas o só fato de ela ali estar e ser possível que esta situação se traduza no alcance, por parte do consumidor, da substância que, a qualquer momento possa ser a ele entregue para consumo e dano à saúde física e psíquica, já legitima a punição.

“Nesse diapasão, a presunção de inocência e a ampla defesa, não estariam em nada prejudicadas, posto que seriam exercidas normalmente, com o enfrentamento a respeito da reunião dos pressupostos do perigo na situação de fato objetiva. O sujeito poderá sempre se defender e provar sua inocência no que tange a ter sido o autor da situação de fato (se foi ele quem guardou ou manteve a droga); se ela está perfeita com todos os elementos onde o perigo estaria existindo (se de fato se trata de droga proscriba) etc. Quanto à situação subjetiva, vale dizer, no exemplo dado, se a simples disposição da droga no mundo fenomênico já afeta a saúde pública ou não, tal opção diz respeito à política criminal no que concerne à reunião, pelo legislador, de substrato suficiente que justifique e o faça concluir que o bem jurídico está sendo materialmente afetado com aquela disposição. E sendo uma questão de política legislativa a escolha do bem jurídico tutelado, somente caso a caso se poderá aferir de sua inconstitucionalidade, não se podendo acoiar de inconstitucional, toda e qualquer previsão de crime de perigo abstrato.

“No presente caso, a situação de fato está presente, configurando assim a parte subjetiva daquilo que ensejaria o perigo, que é a manutenção de rádio clandestina sem autorização e controle das autoridades e operando em determinada potência” [GOMES, 2005b].

¹⁴⁹ Apesar de dizer-se sempre sem vínculo partidário, Teteu já havia sido candidato em duas outras ocasiões: em 1973 e 1988.

¹⁵⁰ “Ela pegou coisas minhas e doou pro museu sem minha ordem. Eu quase bati nela! [...] Perigo de levar uma coça minha naquele dia, eu ia deixar a bunda branca dela toda vermelha. Fiquei puto da vida com ela. [...] Tá lá, né?, no Museu da Maré. [...] Ela apanhou [i. e. pegou as coisas dele e levou para o museu] no sapatinho” [SILVA, 2008:depoimento oral].

Teteu foi absolvido e o processo foi arquivado em janeiro de 2008. Foram quase dez anos de pendências judiciais que poderiam, inclusive, tê-lo atrapalhado em seus outros empregos, como a produção do Carnaval da Rede Globo.

Mas quis o “destino” que a Rádio Maré FM não ficasse no esquecimento. Depois de seis anos fora do ar, por causa de um transmissor que queimou e trouxe à tona problemas financeiros ao grupo da Progressiva, Wladimir recebeu do Ministério das Comunicações a autorização para operar na área da Maré o serviço de radiodifusão comunitária. Entretanto, o canal disponível para rádios comunitárias no Rio de Janeiro passou a ser, segundo ele [AGUIAR, 2008:depoimento oral], um só: 105,9MHz. “E a gente ressuscitou a Rádio Maré. Mas isso foi só uma homenagem aos companheiros que montaram isso. A gente botou a Rádio Maré novamente no ar...”

3.3. Essa é legal!

A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos

[Michael Pollak, historiador]

Nas palavras de Wladimir Aguiar: “A Rádio Maré acabou. Quando a Rádio Maré acabou, ficou um espaço. Quando saiu a aprovação da nossa rádio, por sinal, ironia do destino, foi na mesma frequência da Rádio Maré” [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

A idéia de retomar o nome “Maré FM”, tida por Wladimir como uma homenagem, foi encarada por outras lideranças como um acinte. “Teve ciúmeira, teve um certo problema porque as pessoas lá se achavam donas do nome” [AGUIAR, loc. cit.]. No dia mesmo em que eu entrevistei Teteu, ele dizia que iria se encontrar com Gilmar Ferreira a fim de saber se o antigo diretor da emissora havia cedido o nome.

Teteu não tinha certeza sobre se o nome “Maré FM” era registrado ou não. Ele sequer sabia que a frequência em que a nova Rádio Maré estava operando era uma condição do Ministério das Comunicações e não uma decisão arbitrária de seus rivais. O ressentimento – sempre “reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada” [ANSART, 2001:19] – ficava claro quando Teteu dizia que

Até o final da semana, eu tenho que estar inteirado de tudo, tudo, tudo. Se não, tô mexendo também em via policial, tô mexendo em via federal, vou fazer também a mesma coisa que fizeram conosco. [...] Pra ficar no ar [a nova rádio], vai ter que conversar legal comigo. Eu sofri, pô!, com essa rádio, pô. Fui preso! Fui chamado [intimado]. Passei vergonha [SILVA, 2008:depoimento oral].

Mas, na semana seguinte, quando voltei a falar com ele, para saber o desenrolar da história, ele parecia mais calmo. “Fiquei sabendo que um garoto da comunidade é que está tocando”, ele dizia. Hoje, a nova Rádio Maré emprega apenas quatro pessoas, entre elas, um rapaz de Olaria que é responsável pela transmissão via web. Wladimir ressalta que os tempos são outros. Que qualquer garotinho com um iPod ou um *mp3 player* pode baixar sua seleção de músicas da internet e escutar no aparelho. As rádios comunitárias estão caindo, cada vez mais, na “mesmice” das emissoras comerciais. “Então, realmente, agora ainda ficou mais agressiva a disputa pela audiência”, afirma [AGUIAR, 2008:depoimento oral].

Persegui a disputa que envolveu, no passado, a Rádio Maré e a Rádio Progressiva pelo desfecho que ela me apresentou. Quero, com isso, fazer crer que uma experiência de jornalismo cidadão de base comunitária pode (e talvez deva) se apropriar da memória de experiências anteriores, dito de outra forma, do capital social acumulado. Há, sem dúvida, uma disputa de interesses individuais

camuflada por uma disputa de interesses de grupo¹⁵¹. Mas me parece que a questão, neste caso, é também uma disputa de memórias, uma disputa pelo enquadramento a ser dado [cf. POLLAK, 1992], pela memória a ser inscrita.

Engajado no “movimento” desde o princípio, Wladimir optou por trocar o antigo slogan “livre e diferente” da Progressiva FM, pelo novo “Maré FM: essa é legal”, que sugere uma ambigüidade propositada. Em seu perfil público no site RadioTube [disponível em <<http://www.radiotube.org.br>>], ele detalha que “a Rádio Maré está de volta, agora mais moderna, e com uma programação que é a sua cara”, ressaltando que “O rádio é um exemplo de veículo que resiste com o passar dos anos”. Seguindo à risca o “conselho” de Andreas Huyssen [2000:69], ele sabe, como também sabe o grupo de Carlinhos – sublinhe-se, como veremos, a passagem sobre a foto da Praia do Apicu [cf. capítulo seguinte] –, que “o passado rememorado com vigor pode se transformar em memória mítica”.

Quando Wladimir [2008:depoimento oral, grifo meu] me diz que “Eu não queria uma rádio pra mim, eu queria, sim, ter o *mérito* de trazer um canal de rádio comunitária pra Maré”, compreendo que o que está em jogo na experiência comunicacional, mesmo na escala comunitária, é invariavelmente uma batalha por representatividade política. Ter o “mérito” é ser reconhecido, é ser *lembrado*. É interpretar e combinar um sem-número de referências; definir e reforçar o sentimento de pertencimento [POLLAK, 1989:7], de forma que, “guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” [POLLAK, 1989:8]. “A guerra”, dizia o repórter da Veja Rio [LIMA, 1997], “está só começando”.

¹⁵¹ Essa dualidade está presente no comentário de Teteu [2008:depoimento oral] que diz que “é muito ruim trabalhar em grupo! [...] Você tem uma ideologia, o outro tem outra. Você não gosta de roubar, o outro adora, entendeu? Aí, você acaba se queimando. Quem com porco anda, farelo come. Não tem diferença do barro pra lama. Não quero ser barro nem lama, eu quero ser o Teteu, pô!”